

**A BIOPOLÍTICA NA REGULAÇÃO SUBJETIVA PELO DISCURSO
MATERNO: OS EFEITOS DO GOVERNO DO CORPO FEMININO DA
PROTAGONISTA NA MINISSÉRIE *MAID***

**THE BIOPOLITICS IN SUBJECTIVE REGULATION BY MATERNAL
DISCOURSE: THE EFFECTS OF GOVERNING THE FEMALE
PROTAGONIST'S BODY IN THE MINISERIES *MAID***

Gabriela Magalhães Sabino¹

Universidade Federal de Goiás

Luana Alves Luterman²

Universidade Estadual de Goiás

Resumo: Nesta pesquisa, objetivamos descrever e analisar discursivamente os enunciados da personagem principal da minissérie *Maid* (MAID, 2021), a respeito da regulação subjetiva pelo discurso materno. Apoiamo-nos na perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, nos estudos foucaultianos sobre a biopolítica na regulação da vida e os comportamentos que legitimam a personagem como mãe, esposa, filha e ente familiar. As práticas anátomo-políticas do corpo pelos biopoderes com efeitos individuais homogeneizantes e a biopolítica que permeia as populações vão chancelar a regulação subjetiva da protagonista, clivando Alex pelas violências psicológicas representadas pelas instituições família e Estado. A protagonista Alex sofreu abusos psicológicos, financeiros, trabalhistas e de gênero, como uma mãe solo. Indagamos como o biopoder e a biopolítica operam técnicas de subjetivação por meio de vontades de verdade para normalizar a instituição da família tradicional e conservadora, cuja tônica é patriarcal. A minissérie permite a descrição e a análise da ordem discursiva predominantemente machista e misógina, do funcionamento dos discursos binários (feminino/masculino) e dos agenciamentos discursivos, que podem ser escavados para a análise dos modos como atuam as práticas de subjetivação, o governo dos corpos, e seus funcionamentos nos enunciados materializados em *Maid* (MAID, 2021). Como resultados, constatamos como o corpo feminino é clivado por preconceitos e estigmas sociais sócio historicamente, dados os efeitos de normalização discursiva que preconizam como podem e devem ser as condutas das esposas e mães, governos de si capazes de demarcar um acontecimento verificado de modo cristalizado nos domínios da memória.

¹ Doutoranda em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra em Língua e Interculturalidade pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Cora Coralina. Graduada em Letras Português/ Inglês e suas respectivas Literaturas (2019) pela mesma instituição, Câmpus Oeste. gabysabryna28@gmail.com.

² Pós-doutora em Linguística pela UFSCar (2018), Pós-doutora (2016), Doutora (2014) e Mestra (2009) pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Formação de Professores de Língua Portuguesa pela UCG (2005). Graduada em Letras pela UCG (2004). Professora da UEG desde 2011. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI/UEG). É coordenadora do Grupo de Pesquisa Estúdio (Grupo de Estudos do Discurso), integrante do GEDIN e do LIRE. Pesquisa o ensino de língua portuguesa, leitura e produção de textos (inclusive em 3D), gênero, corpo e discurso. luanaluterman@yahoo.com.br.

Palavras-chave: Biopolítica; Governo do corpo; Subjetividade; Violência.

Abstract: In this research, we aim to describe and discursively analyze the utterances of the main character of the miniseries *Maid* (MAID, 2021), regarding subjective regulation by maternal discourse. We rely on the perspective of French Discourse Analysis, on Foucauldian studies on biopolitics in the regulation of life and the behaviors that legitimize the character as a mother, wife, daughter and family member. The anatomico-political practices of the body by the biopower with individual homogenizing effects and the biopolitics that permeates the populations will endorse the subjective regulation of the protagonist, splitting Alex by the psychological violence represented by the Family and State institutions. The protagonist Alex suffered psychological, financial, labor and gender abuse as a single mother. We question how biopower and biopolitics operate subjectivation techniques through wills of truth to normalize the institution of the traditional and conservative family, whose tonic is patriarchal. The miniseries allows for the description and analysis of the predominantly sexist and misogynistic discursive order, the functioning of binary discourses (female/male) and discursive assemblages, which can be excavated for the analysis of the ways in which subjectivation practices act, the government of bodies, and their functioning in the statements materialized in *Maid* (MAID, 2021). As a result, we found how the female body is socio-historically divided by prejudices and social stigmas, given the effects of discursive normalization that advocate how wives and mothers can and should conduct themselves, governments of themselves capable of demarcating an event verified in a way crystallized in the domains of memory.

Keywords: Biopolitics; Government of the body; Subjectivity; Violence.

Submetido em 10 de fevereiro de 2023.

Aprovado em 17 de fevereiro de 2023.

Introdução

“Sei bem, agora, qual era a voz que eu gostaria que me precedesse, me carregasse, me convidasse a falar e habitasse meu próprio discurso. Sei o que havia de tão temível em tomar a palavra, pois eu a tomava neste lugar de onde o ouvi e onde ele não mais está para escutar-me” (FOUCAULT, 2014a, p.74).

“Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social” (BRASIL, 2006, [s.p]).

A violência psicológica, na contemporaneidade, circula como discurso que escapa da dissidência e se torna tônica no governo dos corpos por meio da capilaridade do poder pela biopolítica da interdição ao sofrimento feminino. Trata-se de uma construção de episteme, que é definida por Castro (2016) como um dispositivo especificamente discursivo, ao permitir separar um conjunto de relações que podem unir, em uma época dada, as práticas discursivas, dão lugar a figuras epistemológicas, capazes de comportar sanções normalizadoras. Para Foucault (2014b), um mecanismo penal emerge como aparelho de penalidade, pois, além de vigiar e punir, ele demarca como se pode e se deve operar o corpo feminino, com técnicas de cuidado de si. Como Castro (2016) postula,

implica-se a reflexão sobre os modos de vida, sobre a existência, acerca da conduta, de ficar para si mesmo os fins e os meios e assim para homogeneizar o reconhecimento de enunciados permeados por saberes e poderes considerados violentos. O governo de si e do outro pelas vontades de verdade que permeiam as condições de produção enunciativas dadas sócio historicamente categorizam a violência psicológica como uma violência silenciosa, que irrompe também na instituição família e permanece, com efeito normalizado, em outras interações sociais. A insurgência do discurso feminista contribui para a circulação de repertórios de saberes e poderes resistentes à misoginia, por meio, inclusive, do neologismo taxionômico empoderamento, ao clivar subjetivamente sujeitos femininos para identificar/compreender esse tipo de agressão e reagir às agressões regulares como acontecimentos. Para Foucault (2019), o acontecimento é a irrupção de uma singularidade enunciativa, em um lugar e momento da sua produção que se inscreve numa relação de uma série com outras séries de enunciados regulares de longa data. Em relação à concepção de memória discursiva, Courtine (2021) remete à existência histórica do enunciado, que está no interior das práticas discursivas instituídas por aparelhos ideológicos.

Segundo Azevedo e Guerra (2001), o saber violência psicológica doméstica, cunhado na literatura feminista, é fragmento do poder subjetivo feminino para tornar pública a violência psicológica cotidianamente sofrida por elas na esfera familiar privada. Logo, é complexo cartografar a violência contra a mulher, já que é atribuída às práticas de subjetivação desse indivíduo que, na contemporaneidade, é regularmente vítima do machismo, da agenda patriarcal no domínio discursivo das relações familiares, levando em consideração os mecanismos de regulação/controlado do poder da mulher de forma nociva. Diante disso, os danos psicológicos transfiguram-se, ainda hoje, como um tipo de violência “comum”, por isso, pouco discutidos. Para ilustrar essa realidade, somente em 2021 foi sancionada a lei que incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra mulher: A *Lei nº 14.188*, de 29 de julho de 2021, que adiciona o artigo 147-B ao Código Penal (BRASIL, 2021).

Além disso, é preciso contextualizar o lócus de produção da minissérie *Maid* (MAID, 2021). Trata-se de uma jovem chamada Alex e sua filha de três anos, vítima de um relacionamento abusivo. Na trama é possível acompanhar toda a sua trajetória de dificuldade para cuidar da filha em um lugar seguro, distante do seu abusador. A família de Alex possui várias problemáticas: as situações precárias causadas pela falta de um emprego e, posteriormente, pelo abuso sofrido no mercado informal do trabalho; pela

falta da condição financeira para consumo dos bens necessários à sobrevivência, como alimentação digna, são fragmentos da regularidade discursiva sofrida pela mulher atrelada ao abuso masculino, domínio do saber machista e misógino associado também à normalização da violência psicológica que a protagonista sofre ao longo de toda minissérie pelo então namorado, desde a fuga de sua casa até a disputa pela guarda de sua filha. Mas, apesar de todas as dificuldades financeiras, psicológicas, familiares, e condições subumanas de trabalho, ela deseja cursar uma faculdade e se tornar uma grande escritora, o que de fato ocorre, considerando que essa minissérie é baseada em fatos verídicos. Logo, ela consegue alcançar a condição estudantil e o tempo hábil para se tornar escritora, já que os abusos psicológicos acabaram. Pela série, observa-se a proteção do Estado estadunidense no processo de resgate da dignidade feminina, algo distante, na prática do contexto social brasileiro. A proteção à mulher efetivamente ocorre quando os direitos de distanciamento do agressor são efetivados, quando há políticas públicas de cuidado com a mãe solo, como a ofertar de creches/escolas públicas para as que as mães possam estudar e desenvolver uma profissão. A produção da série não ocorre em um lócus brasileiro, é uma minissérie norte-americana e os discursos mudam de acordo com as convenções sociais de cada lugar.

Irrompe, então, a necessidade de descrevermos e analisarmos enunciados emergentes sobre a violência psicológica na minissérie *Maid* (MAID, 2021) para verificarmos o funcionamento discursivo das práticas de regulação anátomo-política e biopolítica da vida materna no contexto estadunidense. A ordem discursiva de *Maid* é díspare do contexto brasileiro, pois a legislação brasileira regulamenta em favor da proteção à mulher, mas o poder executivo pouco atende às demandas a respeito das violências físicas e/ou emocionais (disponibilização de atendimento psicológico/psiquiátrico; cumprimento da segurança estipulada pelo distanciamento físico do agressor para evitar o feminicídio ou a reincidência das violências; moradia e apoio financeiro, por exemplo), negligenciando, muitas vezes, mulheres que denunciam agressores, o que desencoraja registros de boletins de ocorrência. A descrição e a análise das práticas discursivas estadunidenses, que melhor protegem a mulher violentada – apesar de ainda ser negligenciada especialmente em relação à condição psicológica, pois o preconceito contra a mulher permanece como se ela estivesse abandonando a família – possibilitam um cotejamento com as costumeiras ineficácias do aparelho político executivo brasileiro, que desampara e reitera o a falta de cuidado com a mulher vítima de violência doméstica, seja física e/ou psicológica. É sintomática a falta de investimentos

em políticas públicas de cuidado à mulher no Brasil, de modo que emergem as práticas inconscientes de adesão à família considerada normal, a cisheteronormativa. Daí a validade e a relevância desta pesquisa, que denuncia discursivamente a permanência do preconceito contra a mulher desligada da figura masculina numa sociedade globalmente falocêntrica, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil – mesmo que, nos Estados Unidos, haja maior preparo técnico, investimento financeiro estatal para proteção da mulher e sensibilidade governamental para lidar com a população suscetível à violência, como a feminina. Se comparadas as realidades, o subdesenvolvimento brasileiro escancara o desmazelo do Estado ao tratar com indiferença a mulher vítima de violência, por ser praticamente inexistente um regime de cuidado com a integridade do corpo feminino.

Seja no contexto estadunidense e no brasileiro, além da invisibilidade dos insultos psicológicos, também há, frequentemente, aspectos da desvalorização do próprio Estado em suas práticas subjetivas regulares de preconceito contra as mulheres insurgentes em relação ao rompimento com a concepção de família cisheteronormativa, tradicional, ao negarem o silenciamento da dor. Representantes estatais estadunidenses que deveriam acolher as mulheres vítimas de violência muitas vezes reiteram o preconceito contra as resistentes ao agressor. Elas sofrem, no caso das dissidentes, mães solo que escapam da instituição familiar, mesmo com a ampliação da circulação discursiva contra a violência doméstica, ou seja, a instituição familiar de que Butler (2020) discorre sobre ser pautada na inteligibilidade cultural do gênero. Logo, um modelo cristalizado que tanto cerceia as mulheres resistentes, porque, inevitavelmente, discursos como o feminismo, na contemporaneidade, têm ressignificado a instituição familiar, tornando-a mais fluida em relação à sua configuração, mesmo permanecendo a normalização do casamento cisheteronormativo como a consagração ideal de existência ética da família. Assim, é possível problematizar a permanência da inércia da sociedade quanto ao corpo feminino, especialmente das mães. A biopolítica funciona na regulação da vida da protagonista, mediante como deve ser o comportamento, seu modo de vestir, de se portar e de falar; envolve-se, nesse investimento da conduta feminina, uma anátomo-política do corpo com efeito homogeneizante, silenciando a pluralidade das éticas e das estéticas existenciais. Dessa forma, destacamos a definição do tema no que concerne à regulação subjetiva pelo discurso materno e à delimitação do tema no que tange à opressão feminina, principalmente quanto à violência psicológica na minissérie. Para esse artigo, o aspecto biológico é determinante, porque destacamos a maternidade. Mas, também, é

fundamental refletir acerca do modelo biologizante do gênero, porque existe também uma questão interseccional. Desse modo, é necessário questionarmos: Quais corpos são considerados de ‘mulheres’ na sociedade? Para Beauvoir (1973), ser mulher nos termos de uma cultura masculinista é ser uma fonte de mistério e de incognoscibilidade para os homens. Além de todas as condutas prescritivas citadas, como comportamento, composição indumentária, gestualidade e modulação da voz, espera-se normalmente que a mulher tenha o aparato sexual condizente com as performances de gênero ainda binárias, considerando-se masculino/feminino, e isso restringe muitas outras formas de ‘ser mulher’.

Percebemos também a necessidade da realização do estado da arte da pesquisa, da revisão bibliográfica e da decisão de investigar a existência, a quantidade e em que grande área do conhecimento estariam essas pesquisas sobre a violência psicológica, porém não encontramos nenhuma investigação na área de Letras, atestando a nossa pesquisa um efeito de ineditismo em relação à violência especificamente psicológica como escopo temático.

Torna-se necessário mencionar perguntas que mobilizaram essa pesquisa: Como pode e deve ser a prática de subjetivação da protagonista pela modalidade enunciativa materna para que seja reconhecida como cidadã? A minissérie aponta que a biopolítica é composta por doutrinas que normatizam e operam técnicas de subjetivação por meio de vontades de verdade para normalizar a instituição família tradicional e conservadora, cuja tônica é patriarcal. Logo, a protagonista deve apresentar uma postura construída por um comportamento que vai legitimá-la enquanto mulher/mãe/parente/esposa, para, assim, ser reconhecida como alguém que possui moradia fixa, segurança social e apoio socioemocional, esteios fundamentais em relação ao que se concebe como escopo da responsabilidade materna. Dessa forma, esses pressupostos tornam-se regras e normas que adestram, utilizam e docilizam sujeitos femininos como a protagonista. Descrevemos e analisamos também como foi representada, na minissérie *Maid* (MAID, 2021), a biopolítica, a qual cliva a maternidade solo como um entrave social e retifica a submissão feminina à instituição família tradicional e conservadora em detrimento de saberes e poderes com efeito de liberdade em relação à violência doméstica.

Os motivos para a realização desta pesquisa decorrem da relevância temática da violência, especificamente da psicológica, para a área de Letras; a linguagem como movimento de reflexão sobre dizeres preconceituosos, que atuam por meio dos saberes da língua(gem) com práticas de subjetivação, dos corpos femininos, sobretudo no que

tange o discurso materno. Como justificativa acadêmica, temos as abordagens linguísticas sobre gênero e suas análises viabilizadoras da compreensão da ordem discursiva predominantemente machista e misógina, do funcionamento dos discursos binários (feminino/masculino) e dos agenciamentos discursivos dos status feminino e masculino, que podem ser escavados para a análise dos modos como atuam as práticas de objetivação, a biopolítica e seus funcionamentos nos enunciados materializados numa obra artística ficcional baseada em fatos reais – isto é, principalmente por questões sociais, além das pessoais. Como funcionam esses discursos binários e que outros discursos sobre gênero eles silenciam/apagam? O binarismo sexual apaga outras existências, outras estéticas de si. Para Irigaray (1985), esse sistema binário reforça de fato o discurso unívoco e hegemônico do masculino, o falocentrismo, silenciando o feminino como lugar de uma multiplicidade subversiva, principalmente porque a sociedade detém um estigma a respeito de que a violência somente é considerada de forma física. A minissérie expressa uma representação verossímil da realidade social da figura materna/ feminina acerca do que seria ‘uma boa mãe/esposa’ e da regulação e controle desses corpos.

A violência psicológica contra a mulher permanece, embora o discurso feminista circule como micropoder capilar resistente. A circulação das proposições de defesa da mulher a partir de um dispositivo³ de segurança possibilitou esse empoderamento para a desconstrução dos estigmas sociais. Verificaremos se é um acontecimento de longa data.

Dessa forma, pela mobilização do método arqueológico, descrevemos e analisamos como se materializam, em *Maid* (MAID, 2021), os enunciados que refletem discursos dominantes sobre a constituição da instituição família e, por conseguinte, como reverberam, na esfera pública, os enunciados permeados de discursos conservadores sobre a constituição familiar tradicional (composta por pai/mãe/filha) na práxis subjetiva resistente da protagonista Alex em relação à interdição da violência doméstica sofrida por ela e pela filha na esfera privada. Como objetivos específicos, visamos compreender as possibilidades de violência psicológica que subjetivam a mãe solo na contemporaneidade; perscrutamos como a biopolítica opera técnicas de subjetivação por meio de vontades de verdade para normalizar a instituição família tradicional e conservadora, cuja tônica é patriarcal; descrevemos e analisamos as sutilezas dos efeitos da violência contra a mulher duplamente rechaçada, seja pelo sofrimento em esfera pública, seja pela dor em esfera

³ Segundo Castro (2016), trata-se de uma rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito.

privada; e investigamos, especialmente na narrativa de Alex, a protagonista da narrativa, as movências discursivas que podem e devem permitir à mulher, na contemporaneidade, resistir aos múltiplos efeitos de violência, seja doméstica, psicológica, moral ou ética, a partir da emergência do discurso feminista e do protagonismo feminino como condições de possibilidade sócio historicamente marcadas.

Apresentamos, na fundamentação teórica deste artigo, tópicos intitulados com enunciados populares que circulam socialmente, demonstrando uma ordem discursiva machista e misógina. No primeiro tópico intitulado ‘Você está ficando louca’: compreensão da (bio)política e o governo/regulação do corpo feminino, apresenta-se o arcabouço teórico de Castro (2016) e Foucault (2010; 2015a). No segundo tópico, ‘Você nunca vai encontrar alguém que te ame tanto quanto eu’: análises acerca da construção da sociedade punitiva, fundamentadas por Foucault (2015b). O terceiro tópico é ‘Isso é tudo coisa da sua cabeça’: efeitos de sentido sobre (anormal)idade; o quarto, ‘Ela não sabe o que diz’: discursividades a respeito das práticas de subjetivação da mulher mãe na maternidade solo; o quinto tópico, por sua vez, ‘Você sabe que eu faço isso para o seu bem, né?’: dilemas sobre a violência psicológica; no penúltimo tópico, temos ‘Primeiro um soco na parede e depois na sua cara’: processos de construção de saber e poder no corpo feminino. Por fim, o último é denominado ‘Você não tem mais ninguém no mundo’: empoderamento.

1. Fundamentação teórica

1.1 ‘Você está ficando louca?’: compreensão da (bio)política e o governo/regulação do corpo feminino

Castro (2016) compreende o biopoder como um mecanismo de duas faces: de um lado o poder sobre a vida, nas políticas da vida biológica e nas teorias do direito, que levam em consideração o contrato de preservação da vida. Logo, esses mecanismos se clivam objetivamente mediante as técnicas e tecnologias do poder.

Nesse sentido, para Foucault (2010), essa tecnologia de poder reguladora interfere em todos os processos humanos. É o que categoriza como biopolítica: práticas de saber e poder que definem o campo de intervenção sobre a vida por meio da normatização das espécies, organizadas em populações. Logo, esse poder interfere na maneira de fazer viver ou de ‘como’ viver a vida; duas tecnologias: uma disciplinar e outra reguladora da vida. A primeira, segundo o autor (2010), é o biopoder, uma anátomo-política focada no corpo

biológico, com efeitos individualizantes, manipulando-o para a utilidade e docilidade ao mesmo tempo. Em contrapartida, a biopolítica não se centra no corpo, mas na população, ou seja, no controle dos eventos, dentro de processos biológicos de conjunto por meio da mecânica do poder da vigilância e treinamento.

No que se refere à vida da personagem Alex, na minissérie em questão, a disciplina controla, adentra e utiliza seu corpo como mulher, mãe, namorada, e filha, porque, conforme Castro (2016), as instituições disciplinares conduzem esse corpo – tais como a família e a justiça. Por isso, cabe mencionar a definição de biopolítica como um protocolo de práticas de objetivação a serviço dos efeitos de homogeneização das populações, das espécies, ou seja, meios de regulação da vida coletiva.

No caso de Alex, há uma ordem de adestramento, vigilância e controle do próprio Estado sobre prover os direitos básicos de sua filha (saúde, alimentação, moradia). Nesse viés, o poder organiza-se de modo pastoral, uma técnica de individualização, homogeneização para que ocorra a sujeição à História (CASTRO, 2016); neste caso, o poder pastoral opera para que a mãe obedeça às estruturas do patriarcado, como os procedimentos políticos, por exemplo. Quando se trata do discurso materno, fomentam-se saberes que se redistribuem e ressignificam historicamente a ordem discursiva regular sacralizada e romântica da maternidade: como deve ser sexualmente a mulher mãe (pudica, monogâmica ou assexual), como ela pode e deve se vestir, o que ela fala, como ela cuida de seu filho ou sua filha; há, portanto, uma regulação útil e dócil que contribui para a circulação do lucro e do capital para a produtividade máxima do corpo feminino num sistema capitalista e neoliberal.

As feministas negras decoloniais têm confrontado esse discurso tradicional da maternidade, pontuando que suas realidades diferem totalmente dele, pois a intersecção entre classe e raça com o gênero faz com que mulheres experimentem a maternidade de maneiras distintas. Portanto, é importante pontuarmos essa ressalva, porque evita a universalização do discurso materno e mostra como o feminismo, ou os feminismos, têm demandas subjetivas.

De acordo com Foucault (2015a), o governo possui múltiplas práticas, já que muitos sujeitos governam: o pai de família, no interior do estado, de uma forma basilar, por meio do controle dos demais corpos postos na casa. Uma ilustração disso que pode ser fragmentada da minissérie é o posicionamento enunciativo do pai da filha de Alex, sobre ele trabalhar para prover as necessidades da casa e esperar que Alex cuide da filha, não questione seus comportamentos agressivos e seus vícios, como a bebida, e esteja

sempre pronta para atender as relações sexuais. Esses são atos de submissão que ele espera da protagonista.

Desse modo, na minissérie, há controle e vigilância sobre a regulamentação do corpo materno por todas as instâncias das instituições (família, justiça, governo). Esses são aparelhos que existem para proliferarem mecanismos reguladores disciplinares, que se articulam normalizando comportamentos, porque a norma aplica-se tanto a um corpo que se almeja disciplinar como quanto a uma população que se quer regulamentar. Assim, engendra-se um discurso materno, como um mecanismo de saber-poder sobre como pode e deve ser regida a maternidade, disciplinando essa mulher mãe para limitar seu exercício subjetivo de cuidadora do (a) filho (a), da sua casa e do seu namorado.

1.2 ‘Você nunca vai encontrar alguém que te ame tanto quanto eu’: análises acerca da construção da sociedade punitiva

O enunciado popular que intitula esse subtópico, vinculado à submissão feminina por meio de concepções patriarcais de gênero, é uma construção discursiva punitiva, pois existe uma interação de saberes que definem um mecanismo disciplinar de poder. Para Foucault (2015b), existem ferramentas analíticas que envolvem mecanismos de punição. Compreende-se, assim, uma manutenção da lógica de corpos femininos pela dinâmica de poder, por meio dos saberes. Na minissérie, o pai da filha de Alex não aceita que ela saia de casa ou que ela questione a forma como é tratada por ele, com linguagem corporal violenta, com dizeres que intimidam e fazem ameaças a ela. O pai da filha de Alex a trata como se ela fosse um objeto, uma mercadoria, pois ele sente que tem poder, propriedade sobre o corpo dela. A violência psicológica, sofrida pela protagonista, já se inicia no primeiro capítulo: ela foge de casa, depois da violenta discussão e ameaças que sofre do namorado. Esse é o início da interdição da voz feminina na instituição familiar da personagem Alex. Os enunciados do namorado de Alex são fragmentos de uma rede discursiva que revela uma objetificação e desumanização da personagem Alex, submissa ao machismo e à misoginia.

De acordo com Foucault (2015b), a hostilidade acerca do corpo é um controle social, como estratégia/tática de poder. Em relação ao nosso *corpus* de pesquisa, percebemos uma privação de voz que se inicia em seu lar como tática punitiva para não autorizar essa mulher a sair, a se posicionar em relação à vida doméstica, às demandas e sobrecargas de tarefas; desempenha-se, pois, uma exclusão e controle. Sendo assim, trata-se de uma domesticação do feminino, a qual apela para a história das sensibilidades,

atribuindo à sexualidade feminina a polarização sentimental e psicológica, compreendida tal como uma violência – uma construção sob a ótica masculina, que sócio historicamente cliva o corpo feminino pela submissão ao masculino.

Para Le Goff (2013), o monumento refere-se a uma memória coletiva, à herança do passado, uma construção sócio-histórica, vários saberes outros da história que vão criar e reverberar nas condições de possibilidade de enunciados. Assim, por meio de uma sociedade patriarcal e falocêntrica, legitimaram-se vários saberes preconceituosos, machistas e misóginos considerados parte da construção do corpo social. Portanto, no próximo tópico trataremos dos efeitos de sentido sobre (anormal)idade na minissérie, por meio de Foucault (1972, 2014a).

1.3 ‘Isso é tudo coisa da sua cabeça’: efeitos de sentido sobre (anormal)idade

O título deste tópico enuncia efeitos de sentido outros acerca da construção da palavra anormal. Foucault (2014a) postula que o discurso é pelo que se luta e o poder que queremos apoderar. Diante disso, quando se enuncia para uma mulher que ‘Tudo é coisa da sua cabeça’, compreendemos que esse poder vem do outro, sobre o que se almeja apoderar. Dessa forma, o autor (2014a) referênciava como funciona o jogo das condições de enunciabilidade, pois os micropoderes possuem uma natureza movente; daí as possibilidades, a pluralidade enunciativa a partir desse poder pelo qual se luta, se permite aos sujeitos enunciarem e os discursos se proliferarem.

Entendemos que o enunciado em questão atribui efeitos de sentido de anormalidade para a mulher. Segundo Foucault (1972), uma patologia dualista (normal x anormal), sadio ou mórbido, interfere nas práticas de existência ética e estética com efeito de liberdade social, nesse caso, da mulher. Compreendemos, ainda, de acordo com autor (1972), que a família torna-se uma instituição reguladora para controlar a estrutura, como regra social. Portanto, tudo que escapa da tal normativa familiar opera risco a esse sistema instituído. Conforme Foucault (2014a), desde a Idade Média, o louco era considerado aquele cujo discurso não pode circular como os outros, o que, na nossa pesquisa, trata-se da mulher mãe resistente à família padronizada pela constituição binária paterna (detentor do poder) e materna (subordinada ao poder paterno). Nesse sentido, os enunciados femininos são subalternos em relação aos masculinos, são invisíveis e não circulam, pois não possuem importância socialmente.

A produção do discurso machista e misóginos é controlada, selecionada e organizada, de acordo com Foucault (2014a), para conjurar seus poderes e dominar o

acontecimento. A partir disso, aparecem os procedimentos de exclusão, como a interdição, ao retirar da mulher a possibilidade de se posicionar discursivamente e se insurgir contra a ordem misógina e machista regular. Logo, percebemos que o discurso, como preconiza o autor (2014a), traduz lutas e sistema de dominação.

Para Foucault (2014a), os discursos exercem seu próprio controle, levando em consideração o discurso masculino que funciona sobretudo como ditos que permanecem e reverberam na forma patriarcal há séculos. Nesse sentido, assim como o autor afirma (2014a), o novo não está presente no que é dito, mas nos acontecimentos de sua volta. Por isso que enunciados como ‘é tudo coisa da sua cabeça’ acabam circulando de forma cotidiana, normalizando a primazia masculina polarizada a partir da sexualidade. Sendo assim, as coerções do discurso dominam e selecionam o que os sujeitos praticam subjetivamente. À vista disso, os homens ocupam uma determinada posição formuladora desses enunciados, a qual determina que tenham socialmente propriedade por conta do papel de supremacia estabelecido.

As doutrinas constituem uma sociedade de discurso (FOUCAULT, 2014a). Os sujeitos que enunciam são os homens, os quais difundem sem limitação enunciados machistas e misóginos. Desde criança, as práticas de objetivação e de subjetivação masculinas permeiam os enunciados masculinos como acontecimento que, de forma política, demarcam o poder desses sujeitos e reverberam esses saberes misóginos como acontecimentos de longa duração. Segundo o autor (2014a), há uma ritualização da palavra, pois qualifica e fixa que os homens constituem o papel de um grupo doutrinário. Assim, o sujeito masculino tende a corrigir o indivíduo cartografado como monstruoso, a mulher que não se submete à docilização e à utilização do seu corpo ao sistema machista pelas técnicas de disciplina.

1.4 ‘Ela não sabe o que diz’: discursividades a respeito das práticas de subjetivação da mulher mãe na maternidade solo

Segundo Foucault (2021), o poder produz efeitos de verdade e socialmente os sujeitos são conduzidos a encontrar ou confessar essa verdade. Levamos em consideração, aqui, as discursividades sobre as práticas de subjetivação da mulher mãe na maternidade solo. Para o autor, há uma submissão que se relaciona à produção de um discurso que fomenta, redistribui, e reproduz efeitos de poder, porque essas mulheres são julgadas, condenadas, classificadas e obrigadas a desempenhar tarefas de casa e cuidado com os filhos, destinadas então a um certo modo de viver ou morrer em função dos

discursos (de cuidado familiar) e em função dessas discursividades que apresentam efeitos específicos de poder binário, baseados na determinação sexual a partir da genitália. Logo, compreendemos socialmente que a estratégia biopolítica de regulação sobre esse corpo feminino trata-se, consoante a Foucault (2021), de um funcionamento a nível de processo de sujeição e dos processos contínuos e ininterruptos de controle social sobre as mulheres, especialmente as mães.

Tiburi (2018) expõe que as mulheres são clivadas por um sistema patriarcal que subjuga seus corpos por meio da desigualdade; estes corpos são medidos para o trabalho, para procriação e para o cuidado. Dessa forma, esse controle e regulação do corpo feminino reflete um silenciamento sobre a constituição do nosso país em uma sociedade patriarcal, em que as mulheres lutam cotidianamente por seus direitos e por espaços de reconhecimento, condições de enunciabilidade dadas pela regularidade da circulação do discurso feminista, resistente ao engessamento histórico de papéis fixos atribuídos à sexualidade feminina/masculina. No entanto, há uma incessante presença da submissão feminina em pleno século XXI, como é exposto na minissérie *Maid* (MAID, 2021), devido à circulação ainda dominante da subordinação feminina em detrimento da sua emancipação da figura masculina, também em relação à expectativa de constituição familiar por meio do matrimônio.

Homem e Calligaris (2019) mencionam que a mulher tem, no mínimo, uma tripla jornada hoje. Na minissérie, fica comprovada essa assertiva diante do cotidiano da personagem Alex, que possui múltiplas funções: é mãe na casa, cidadã na polis e trabalhadora no mercado, a partir do momento em que decide se tornar mãe solo e não ser subordinada ao matrimônio. Nesse sentido, percebemos como existe uma responsabilidade exacerbada sobre as mulheres e essa jornada se acentua para as mães solas, especialmente as que não conseguem empregos formais, por se dedicarem à maternidade, excluindo a formação técnica universitária e profissões dignas; com todos esses percalços, não são consideradas cidadãs, posto que são invisibilizadas pela própria sociedade, como ocorre com a personagem Alex.

1.5 ‘Você sabe que eu faço isso para o seu bem, né?’: dilemas sobre a violência psicológica

Para Hooks (2017), o feminismo é um movimento social de mulheres que possui um caráter civilizatório e almeja reivindicar liberdade e autonomia para todas as mulheres. Nesse sentido, para esta pesquisa, salientam-se os dilemas a respeito da

violência psicológica para, por meio do feminismo, questionar os princípios estruturantes da sociedade que regula e controla o corpo feminino. Neste sentido, entendemos o feminismo como uma formação discursiva. Para Foucault (2019) trata-se de uma descrição de um certo número de enunciados, que entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas, definem uma regularidade. Esse conceito pode auxiliar nos protocolos discursivos jurídicos, cristãos, éticos e cidadãos que embasam a ação política a fim de transformar a realidade de um espaço para enunciar sobre/com as mulheres todas as violências sofridas.

Hooks (2017) aborda a potencialidade que o feminismo possui como um processo educativo, com um poder transformador do controle e regulação dos corpos femininos, diante das desigualdades de gênero, raça e classe, formas de dominação reminiscentes no domínio da memória. Dessa forma, essa pedagogia feminista é uma nova forma de olhar discursivo para essas questões sociais que clivam as mulheres cotidianamente, que se torna um movimento político dissidente sobre as relações de poder assimétricas, baseadas na sexualidade⁴.

Para Oliveira e Almeida (2015), o feminismo está num campo discursivo contemporâneo como o capitalismo e o patriarcado, os quais entendemos como objeções ao processo de desenvolvimento irregular da sociedade, especialmente no que concerne aos direitos invisibilizados para as mulheres. Logo, essa agenda feminista é um movimento de desalienação que corrobora com desvalores (valores que não se constroem na perspectiva da emancipação humana, mas da desvalorização dos sujeitos), como o preconceito, o racismo, a intolerância e o machismo.

1.6 ‘Primeiro um soco na parede e depois na sua cara’: processos de construção de saber e poder no corpo feminino

Para Foucault (2021), o poder penetrou no corpo. Além disso, para o corpo feminino, existe um controle, uma vigilância e uma perseguição; por isso, temos esse objeto investigativo para análise nesta pesquisa. Segundo o autor (2021), o poder, longe de impedir o saber, contribui para sua produção. O enraizamento do poder relaciona-se ao conceito de repressão.

Conforme Foucault (2021), o aparelho punitivo é um dispositivo de seleção entre os normais e anormais, no caso, as mulheres mães têm seus corpos penetrados por gestos

⁴ O conceito de sexualidade é bastante polissêmico sobretudo nos textos acerca de gênero porque pode se referir à orientação sexual e ao dimorfismo. Nesse contexto, tratamos do aparato biológico.

e comportamentos, o que notamos a partir da arqueologia das ciências humanas. É necessário refletirmos sobre esses mecanismos de controle e sobre como são distribuídos e complexos.

Para Courtine (2013), o corpo está ligado ao inconsciente, colado ao sujeito e é cultivado pelas formas sociais da cultura. Logo, o corpo feminino é submetido à instituição familiar para que seja regulado e mantido útil à influência que o poder exerce sobre o corpo, ou seja, aos mecanismos de poder que investem no corpo pelos gestos e comportamentos. Além disso, de acordo com autor, o corpo está diretamente relacionado ao campo político e às relações de poder que operam sobre ele, influenciam diretamente e indiretamente, pois os marcam, adestram e os controlam e regulam (COURTINE, 2013).

A minissérie *Maid* (MAID, 2021) é o mecanismo enunciativo que escolhemos, pois é atual e representa a agenda contra a misoginia estrutural e esse domínio patriarcal. A personagem Alex representa todas as mulheres mães que já sofreram várias violências, como psicológica. Destacamos que as suas subjetividades são importantes, pois, como Butler (2019) afirma, seus corpos importam. Para a autora, faz-se necessário compreendermos as violações acerca da regulação desses corpos, entender como funciona esse controle repetido de forma inconsciente na contemporaneidade (BUTLER, 2019).

1.7 ‘Você não tem mais ninguém no mundo’: análise discursiva sobre o empoderamento feminino

Para compreendermos o empoderamento como fragmento do discurso feminista, é fundamental perceber como ocorre essa ruptura entre a mulher mãe e o pai da sua filha na minissérie, quando foge com sua filha do local que sofria agressões em busca de um lugar de acolhimento. Nesse sentido, Federici (2019) considera que existe um crescimento das famílias chefiadas por mulheres, uma vez que não se submetem mais ao controle masculino. Muitas vezes, esses sujeitos femininos são julgados pela sociedade por uma perspectiva de vitimização, que é possível constatar no segundo episódio, intitulado *Pôneis*, em que Alex e sua filha, depois de fugirem da casa do companheiro, após a violência psicológica, dormem no chão de uma estação de balsa, por não poderem se deslocar para a casa de amigos ou familiares acolhedores, por não serem relações interpessoais seguras. Quem as vê deitadas no chão, naquele lugar, comenta, olha e critica o fato de a mãe estar com a filha naquela situação, porém ninguém se prontifica em ajudar, até que Naite, um amigo que a encontra por acaso, oferece ajuda. No decorrer da narrativa, percebemos que o apoio concedido estava vinculado ao interesse amoroso, sexual;

portanto, o corpo feminino alude, discursivamente, ao assédio sexual, como se fosse biologicamente atrelado aos desígnios do abuso emocional, afetivo e sexual.

Mas, como aponta a autora, as mulheres e a pobreza continuam, porque sofrem, ainda, com preconceitos e estigmas sociais por serem atreladas ao sexo feminino, discursivizado como inferior (BUTLES, 2019). Mães solo, particularmente, podem ter suas vidas transformadas apenas por meio de políticas sociais e econômicas com prioridades sociais femininas. Para Berth (2019), o empoderamento é o resultado dos sujeitos que ressignificam um processo contínuo e coletivo, como resposta às transformações sociais. Melhor dizendo, é uma movimentação de sujeitos resistentes aos efeitos de normalização das opressões.

Segundo Adichie (2015), a cultura não faz sujeitos; são os sujeitos que fazem essa cultura. Essa perspectiva é intrínseca à vontade de saber feminista, relacionada ao efeito de tomada de consciência regular nas teorias de gênero em prol das mulheres. Conforme esta perspectiva teórica, a cultura serve para preservar e dar continuidade ao povo. Logo, a sociedade impõe a forma que o corpo feminino deve ser e se reconhecer, porém faz parte desta luta pelo empoderamento o posicionamento das mulheres, para que esses saberes legitimados com efeitos de discursos machistas e misóginos parem de circular ou, pelo menos, seja mitigado aos poucos.

2. Metodologia

Para este artigo, utilizamos a minissérie *Maid* (MAID, 2021) como *corpus* da pesquisa para refletirmos acerca de materialismo histórico. Realizamos um monumento, ou seja, um retorno à história para cotejar regularidades machistas e misóginas, descrevermos e analisarmos o que se dá na materialidade discursiva atual e se relaciona com outras irrupções enunciativas semelhantes a essa da minissérie ao longo da história. Realizamos, então, uma pesquisa qualitativa, de cunho documental (via arquivo audiovisual).

Segundo Foucault (2019), o método arqueológico não pode ser elaborado sem que se apresente um campo dos fatos do discurso a partir do qual são construídos. Nessa perspectiva, entendemos que o termo arqueologia se refere à ação de escavar as camadas, ou seja, descrever o movimento dessas camadas, que são as relações manifestadas na superfície do discurso.

A personagem principal, Alex, possui um relacionamento com Sean, que muda totalmente após a gravidez de Maddy, a filha do casal. Logo, ele demonstra ter problemas

com ingestão excessiva de álcool e o relacionamento torna-se extremamente abusivo. Ela é vítima de abuso/ violência psicológica e, para romper sua anulação feminina, permeada pelo atravessamento do discurso feminista, escapa do matrimônio. Com o objetivo de prover seu sustento e da filha, Alex acaba em uma jornada tripla de trabalho em uma empresa terceirizada para trabalhos domésticos. Os dez episódios da série são inspirados na história real contada no livro *Superação: Trabalho Duro, Salário Baixo e o Dever de Uma Mãe Solo* (LAND, 2020), um dos mais vendidos do The New York Times.

Durante muito tempo, ela e sua filha viviam abaixo da linha da pobreza, posto que a empresa em que Alex trabalhava não oferecia uma boa remuneração, devido à uberização do trabalho, uma precarização da condição laboral, com perda de direitos. A uberização do trabalho representa, para Franco e Ferraz (2019), um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidade pelos principais meios de produção da atividade produtiva. Para os autores, é possível compreendermos esse fenômeno da uberização do trabalho como apresentação de uma forma particular de acumular o capital pela usurpação da força do empregado, por efeito da produção de uma nova forma de mediar o desenvolvimento do trabalhador que, agora, detém de novas responsabilidades para a produção da sua atividade produtiva (FRANCO; FERRAZ, 2019).

As assimetrias sociais inscrevem sujeitos em situações de não cumprimento de alguma lei ou norma. No caso de Alex, ela realiza vários trabalhos por hora, para que pudesse ser bem remunerada, mas isso não ocorria, porque a empresa através da qual seu trabalho é terceirizado retinha quase todo o capital; no primeiro episódio, posteriormente, ela começa a fazer limpezas, como trabalhadora autônoma, em busca de uma melhor remuneração.

Mobilizamos a metodologia arqueológica como proposta analítica de Foucault (2014a), que se detém nas séries enunciativas, ou seja, na formação efetiva do discurso. Assim, procuramos compreender como o poder constitui domínio discursivo sobre a maternidade para pesquisarmos enunciados que circulam na minissérie, *corpus* da pesquisa. Para Foucault (2021), é preciso refletirmos sobre os instrumentos de análise, que é o papel do historiador. Nesse caso, como analista do discurso, realiza-se o movimento de escavação de saberes, uma arqueologia de saberes regulares numa trama discursiva sobre o corpo feminino e os sentidos outros que advêm do discurso materno.

3. ‘Agressão de verdade’: análise discursiva sobre as práticas de subjetivação da personagem Alex

Como vimos, a biopolítica regula o funcionamento das práticas de objetivação e subjetivação da personagem Alex, por meio de leis, regras e normas. Dessa forma, configura-se como essa mulher deveria estar ‘apta’ para ter a tutela da filha por meio de um emprego estável e uma moradia fixa. Além de não ter esses requisitos, mesmo sendo a genitora da criança, por ser uma mãe solo, e não ter um relacionamento estável diante da sociedade, ela sofre preconceito. Socialmente, mesmo sofrendo uma violência psicológica, ela deveria permanecer casada para que a tradição conservadora, por meio dos efeitos de homogeneização do que pode e deve ser uma boa mulher – ‘recatada, feminina e do lar’ – a normalize de modo positivo, ou seja, como uma mulher qualificada.

Segundo Foucault (1979) o projeto normalizador construído sócio-históricamente sobre o corpo feminino está na base da organização estrutural da sociedade. O sofrimento físico e psíquico da mulher possui uma relação tão intrínseca com os saberes construídos e reproduzidos que são banalizados como acontecimento de longa data. Certas estratégias foram dispostas para que a sociedade continuasse reverberando, de modo dominante, que a mulher não vivenciava o machismo, a misoginia e o feminicídio. No entanto, movimentos dissidentes, como os feministas, propuseram políticas de integração feminina ao trabalho formal, com remunerações justas e equipadas às masculinas, com o investimento em técnicas de resistência à violência, que, contradiscursivamente, é uma modalização enunciativa considerada adequada para se referir aos processos de submissão machista e misógina que pareciam normalizados, perpétuos.

Existe um processo discursivo resultante desse projeto de subjetivação da mulher, algo que não necessariamente aparecia nos séculos XVII, XVIII e XIX. Ou seja, até no século XX, no sanatório de Pirituba, em São Paulo, as mulheres eram enclausuradas, internadas, porém tratadas como loucas, porque eram cultas, tinham acesso à leitura e foram além do tempo delas, percebendo que o casamento tradicional não iria necessariamente fazê-las melhores ou felizes. Compreenderam que poderiam ter uma vida saudável e feliz sem se casar e ter filhos; no entanto, por se afastarem das normalizações discursivas sobre a mulher não escolarizada, inculta e destituídas da valorização do matrimônio, eram taxionimizadas como loucas e, por isso, consideradas indivíduos a serem corrigidos. Por isso eram internadas, com o objetivo de serem tratadas, curadas e ressignificadas mentalmente. A assepsia dessas mulheres era intermediada pela concepção de que elas precisavam ser observadas, vigiadas e analisadas.

Na minissérie, Alex é mãe solo e denuncia casos de violência psicológica que sofreu por homens que não a respeitaram. No desfecho, a personagem consegue acompanhar sua filha e também os abusos que ela sofre fisicamente por parte do namorado. Temos, pois, uma outra formação discursiva da figura feminina, de uma mulher que não necessariamente é casada, não é possível ao homem. Percebemos como a imagem da mulher mudou ao longo dos anos. Existem então enunciados mais estáveis e regulares que, por meio desse poder exercido pelos saberes, funciona como dispositivo semelhante na maioria dos sujeitos, de forma que os processos de subjetivação clivam o corpo feminino. Neste aspecto, tomamos as mulheres como monumento da pesquisa, ao longo da história, para analisarmos como a violência psicológica na contemporaneidade é discursivizada de outra maneira, de forma que elas podem ser consideradas empoderadas, não aceitando a interrupção da sua fala ou uma abordagem discursiva agressiva por parte do homem.

Remetemos também a respeito da figura do ‘príncipe encantado’: quem seria esse sujeito estereotipado como sujeito masculino ideal? Eis aquele que vai salvar a mulher de uma condição de solidão, de incompletude, por meio do matrimônio. Logo, pensamos nessa figura idealizada e sacralizada sobre a polarização sexual masculina, que exatamente é o oposto quando nos remetemos à regularidade misógina a que os sujeitos masculinos são atravessados discursivamente, figura que tem aversão à mulher e desrespeita-a, conforme a constituição do discurso feminista – em relação à desigualdade antidemocrática dos turnos de fala, pois a mulher não tem direito de dizer, e, quando o faz, é frequentemente interrompida. Portanto, circula um estereótipo sobre essa mulher que, constituída pelo feminismo, como a personagem da minissérie, clivada pelo dispositivo da loucura, precisa ser internada, por ter resistido à normalidade proposta pelo vínculo conjugal atestado pelo casamento, especialmente para educar sua filha com a presença do pai; ela, ao romper o casamento, só pode ser louca por não permanecer ao lado do pai de sua filha, e ainda sofre preconceito como mãe solo. Em suma, percebemos a manutenção dessa regularidade preconceituosa contra a mulher, que se dá ao longo da história como acontecimento de longa data.

A série enunciativa que será analisada na minissérie é a violência psicológica e a sobreposição da masculinidade, por meio do processo dominante do poder sobre os saberes femininos e a insurgência feminista. Ademais, a descrição acontecerá sobre um dos momentos mais marcantes da minissérie, quando ela compreende, clivada pelo discurso feminista que circula com veemência na contemporaneidade, que é atravessada

pela violência psicológica, justificando o porquê de escolhermos este momento na minissérie: como funciona discursivamente essa violência na contemporaneidade. O *insight* que ela tem só é possível por conta dos discursos que circulam em favor da emancipação da mulher e do empoderamento. Ela não teria esse *insight* se os discursos não circulassem a favor do feminino, isto é, se não houvesse o feminismo a favor do discurso.

Para Butler (2020), a noção de performance ou performatividade não é singular e individual. Ela menciona que o gênero é performativo justamente porque se caracteriza por repetições estilizadas. Ademais, abordaremos sobre o feminino cis e o feminismo que vão atravessar o efeito de emancipação da mulher, tanto que Alex é a protagonista da série. Ela resiste, ou seja, há a importância do papel central dela na narrativa, porque, como protagonista da série, ela consegue resistir ao pai, que sempre tentava convencê-la a continuar vivendo com o pai da filha que ela gerou. O pai de Alex dizia que estava ajudando o pai da bebê de Alex a lidar com vício. O pai de Alex fazia isso porque no passado ele também violentava a mãe de Alex e era alcohólatra. Essa regularidade discursiva do pai como detentor do poder e da mulher como passiva em relação à manutenção da instituição rígida, a família, é um fragmento metonímico que representa discursivamente o papel doutrinário das distribuições funcionais do que pode e deve ser feito com os corpos socialmente. Ou seja, mesmo que o pai de Alex perceba o desejo da própria filha de se separar, sua condição de subjetivação machista identitariamente adere-se ao pai da filha de Alex, sacralizando a instituição familiar e o investimento em recuperação contra o alcoolismo em detrimento da privação da convivência da filha e da neta com um sujeito que as impele à violência psicológica. Portanto, para o pai de Alex, violência é a ruptura familiar, a desordem que a filha dele não pode promover. No entanto, atravessada sob a perspectiva discursiva feminista, Alex desvencilha-se física e psicologicamente do patriarcalismo e do falocentrismo, em detrimento da violência e do sofrimento que ciclicamente poderia se estender também à filha de Alex. Além de resistir à própria família do pai da sua filha, ela percebe que não necessariamente precisa ser impelida a conviver com o pai da sua filha, esse homem que a violenta psicologicamente, e com uma possível ameaça física, para poder ter condições de educar sua filha, normalizando ainda mais e perpetuando a condição feminina submissa ao sujeito masculino.

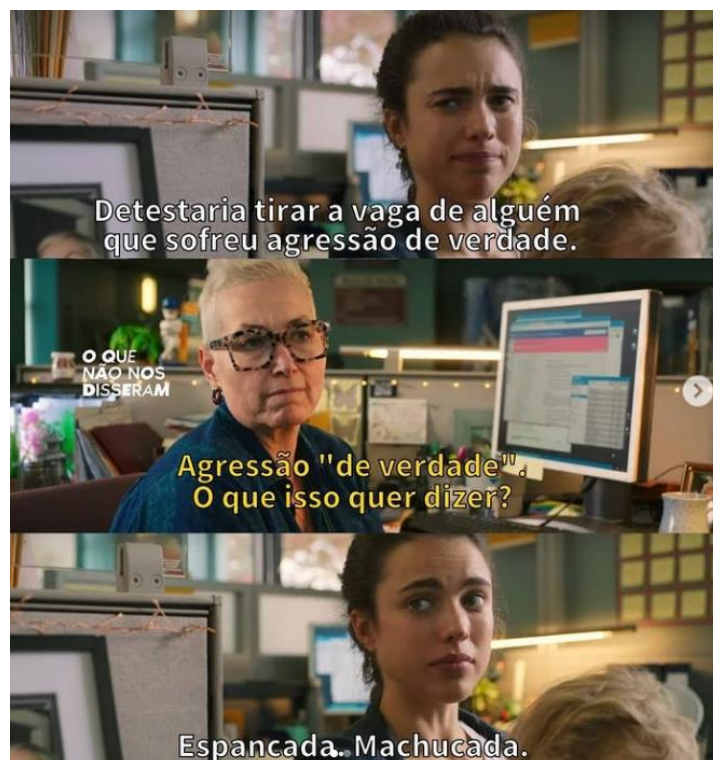
A Análise do Discurso remonta à descrição e à análise dos enunciados, no caso da personagem Alex, quando percebe, pela ordem do discurso feminista, a violência

psicológica sofrida, para interpretar e analisar como se regulam, como se fomentam e como se redistribuem as formas de verdade que perpetuam enunciados machistas e misóginos na história. O *corpus* de pesquisa é coletado via arquivo documental, por meio de recortes da minissérie *Maid*. Procedemos à descrição e análise dos seguintes enunciados que marcam o relacionamento abusivo:

Eis o diálogo entre uma vítima de relacionamento abusivo e uma assistente social:

- Há vagas no abrigo de violência doméstica. Mas você disse que não é violência doméstica, certo?
 - Não sofri agressão. Detestaria tirar a vaga de alguém que sofreu agressão de verdade.
 - “Agressão de verdade”? O que isso quer dizer?
 - Espancada. Machucada.
 - E o que seria “agressão de mentirinha”? Ameaça? Controle? Intimidação?”
- Maid* (MAID, 2021, 10m, 32s-59s)

Figura 1 –Diálogo entre uma vítima de relacionamento abusivo e uma assistente social



Fonte: O QUE NÃO NOS DISSERAM, 2021.

Por meio desses excertos, compreendemos que a personagem Alex é atravessada por diversas violências, mas a centralidade temática na violência psicológica demonstra a necessidade de descrever e analisar essa especificidade taxionômica no domínio dos saberes. O enunciado ‘violência de verdade’ subverte e inferioriza a gravidade da deturpação identitária no processo de mobilização do rechaço de um sujeito. A violência psicológica, categorizada como insuficiente para ser agressão, por não aparecer

materialmente no corpo, propõe a legitimação do poder dominante masculino. Essa destituição da gravidade discursiva da violência psicológica como vontade de saber leva a outros questionamentos, tais como: Por que elas se reconciliam com o agressor? Poderiam fugir para onde? Por que o ciclo de violência não tem fim?

Levando em consideração a análise discursiva, precisamos pontuar alguns princípios de articulação conforme Foucault (2014a), sendo eles: especificidade e exterioridade. Em relação à especificidade, compreendemos a concepção do discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que é imposta. Logo, nesta prática, os acontecimentos do discurso revelam essa regularidade. O enunciado ‘agressão de verdade’ é uma ilustração de uma prática discursiva concebida por um efeito de sentido outro, relacionado ao corpo e sua materialidade. Porém, o abuso psicológico, utilizando o conceito de exterioridade (2014a), a partir da aparição desse enunciado e de sua regularidade discursiva, passa a ser condição de possibilidade que dá lugar a uma série de acontecimentos que fixa suas fronteiras e normaliza, contradiscursivamente, pela insurgência feminista, a classificação desses enunciados como machistas e misóginos.

O corpo de Alex é interpelado pela construção de saberes e poderes que permitem, socio historicamente, as condições de produção para o enunciado ‘agressão de verdade’. Os efeitos dessa vontade de verdade que minimizam o efeito da categoria de saber violência psicológica atingem a personagem por meio da sua expressão facial, fisionomia que se altera se cotejarmos o primeiro e terceiro quadro. No primeiro quadro, Alex franze a testa e aperta os lábios, o que iconograficamente pode significar uma dúvida, uma incompreensão sobre o que seria essa ‘agressão de verdade’. No terceiro quadro, a assistente social questiona o que ela entende por esse conceito. Alex não franze mais a testa e nem aperta os lábios; demonstra-se assustada, respondendo que a materialidade da violência ela compreendia como agressão somente quando atingisse seu corpo fisicamente, com cortes, hematomas, ou seja, quando houvesse espancamento. Compreendemos que, em Foucault (2016), o olhar é político, a prática corporal fala por si, pois a relação da linguagem com as pinturas/ imagens é infinita de sentidos outros. Logo, a importância da representação das palavras que definem as coisas, ou seja, a representação da representação.

Para Courtine (2013), o material do *corpus* são enunciados que possuem propriedades e classificam a constituição deste discurso. Dessa forma, o enunciado apresentado vai além das classificações sintáticas e retóricas, trata-se de uma série de formulações de uma memória discursiva sobre a rede de discursos. Conforme o autor

(2013), analisar discursos é (re)construir o regime de olhares e gestos sobre a existência de um dispositivo.

Segundo Courtine (2011), o corpo tornou-se objeto de investigação histórica, pois o próprio inconsciente fala através do corpo – esse corpo feminino que sempre teve categorias de opressão e marginalização; sendo assim, o discurso do poder sob a linguagem como instrumento de silenciamento.

Considerações finais

Diante das reflexões acerca da minissérie *Maid* (MAID, 2021), expomos a narrativa da personagem Alex, para “falar de questões que foram historicamente tidas como inferiores” (RIBEIRO, 2018, p. 78), principalmente o discurso materno e a violência psicológica. Descrevemos e analisamos os discursos preconceituosos, machistas e misóginos sobre o corpo feminino, por meio de cada episódio, que ilustra a regularidade enunciativa monumental cujo efeito homogeneizante inferioriza e invisibiliza a constituição discursiva feminina.

Por meio das discursividades descritas e analisadas na minissérie, acerca da personagem Alex, compreendemos que existem condições de possibilidade de violência psicológica que subjetivam a mãe solo na contemporaneidade, reiteração inconsciente ao percebermos, no *continuum* narrativo, um efeito de desprezo desse tipo de agressão. Além disso, notamos como a biopolítica apresentou práticas de subjetivação por meio de vontades de verdade para normalizar a instituição da família tradicional e conservadora, cuja tônica é patriarcal. A minissérie permitiu a descrição e a análise da ordem discursiva predominantemente machista e misógina, do funcionamento dos discursos binários (feminino/masculino) e dos agenciamentos discursivos, que foram escavados para a análise das práticas de subjetivação, do governo dos corpos e da vida. O corpo feminino é um acontecimento de longa data, regularmente clivado por preconceitos e estigmas sociais.

Portanto, com essa pesquisa, pautamo-nos na vontade de saber acerca do discurso materno num sistema de exclusão historicamente instituído. Portanto, essa vontade de verdade reflete nos saberes sobre a mulher mãe, esse sujeito que é atravessado por poderes misóginos. Percebemos, com a pesquisa, mediante Foucault (2014a), a necessidade de questionar as “verdades” normalizadas, de visibilizar o protagonismo e a potência feminina pelo discurso feminista em seu caráter de acontecimentos, que, pela capilaridade do poder, poderá se estabelecer pela longa duração.

Referências

- ADICHIE, C. N. *Sejamos todos feministas*. Trad. Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Violência psicológica doméstica: vozes da juventude*. São Paulo: Laci – Laboratório de Estudos da Criança/PSA/IPUSP, 2001.
- BRASIL. *Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Dispõe sobre Lei Maria da Penha. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2022.
- BRASIL. *Lei 14.188, de 29 de julho de 2021*. Dispõe sobre o Programa de Cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm>. Acesso em: 13 de dez. de 2021.
- BEAUVOIR, S. *Second Sex*. E. M. Parshicy, Nova York: Vintage, p.301.
- BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro).
- BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Trad. Verônica Daminelli Yago Françolli. São Paulo: N-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020..
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Muller Xavier. 2ª ed. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2016.
- COURTINE, J, J. *As mutações do olhar: o século XX*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- COURTINE, J, J. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- COURTINE, J, J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos Cristãos*. São Carlos, EduUfscar, 2021.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FOUCAULT, M. *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, M. *Os anormais: curso do Collège de France*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Coleção tópicos).

- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2ª.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Michel Foucault).
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhe. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.
- FOUCAULT, M. *Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber*. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.
- FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Trad. Ivone C. Benedetti. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015b. (Coleção obras de Michel Foucault).
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. 10ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Org., intr. e rev. tec. Roberto Machado. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos Ebape.Br*, Rio de Janeiro, Ed. Especial, vol.17, p. 844- 856, nov, 2019. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/cebape/a/9NJd8xMhZD3qJVwqsG4WV3c/> >. Acesso em: 12 fev. 2023.
- HOMEM, M.; CALLIGARIS, C. *Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo*. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2019 (Coleção Papirus Debates).
- IRIGARAY, L. *Speculum of the Other Woman*. Tradução Gillian C. Gill, Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- HOOKS, B. *El feminismo es para todo el mundo*. Madrid: Ed. Traficantes de Sueños, 2017.
- LAND, S. *Superação: Trabalho Duro, Salário Baixo e o Dever de Uma Mãe Solo*. Trad. Maíra Meyer. Rio de Janeiro. Editora Alfa Life, 2020.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 7ª ed. Revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MAID. Direção: Colin McKenna; Terri Murphy; Bonnie R. Benwick. Produção: Molly Smith Metzle. Estados Unidos: Netflix, 2021. 9h5min.

OLIVEIRA, L. S.; ALMEIDA, C. M. Feminismo e Ética nas Relações: considerações sobre serviço social e as relações sociais. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015, São Luís. *Anais eletrônicos*. São Luiz: UFMA, 2015 Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/feminismo-e-etica-nas-relacoes-consideracoes-sobre-servico-social-e-as-relacoes-sociais.pdf> >. Acesso em: 22 de outubro de 2022.

O QUE NÃO NOS DISSERAM. *Agressão 'de verdade'. O que isso quer nos dizer?* 14 de outubro de 2021. Instagram: @oquenaonosdisseram Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CVBpeqyrgoJ/>>. Acesso em 12 fev. 2023.

PÔNEIS. (Temporada 01, Episódio 02). *Maid* [Seriado]. Direção: Colin McKenna; Terri Murphy; Bonnie R. Benwick. Produção: Molly Smith Metzle. Estados Unidos: Netflix, 2021. 9h5min.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018, 126p.